

estudos e pesquisas

nº 63 – novembro de 2012

Balanço das greves em 2010-2011

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Balanço das Greves em 2010 e 2011

Introdução

Com esse estudo, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE – apresenta um panorama das greves ocorridas no Brasil em 2010 e 2011, identificando as principais características¹ desses movimentos. Para tanto, serão examinados os indicadores de frequência, duração, densidade e volume das paralisações, assim como serão apresentadas motivações, encaminhamentos e resultados desses conflitos.

Os dados analisados foram extraídos do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG), desenvolvido e mantido pelo DIEESE, que reúne informações das greves de trabalhadores realizadas no Brasil desde 1978 e conta, atualmente, com mais de 27 mil registros. As informações do SAG foram obtidas por meio de notícias veiculadas em jornais impressos ou eletrônicos da grande mídia e da imprensa sindical.

A conjuntura econômica em 2010 e 2011

O ano 2010 foi um período de crescimento significativo para o Brasil. O Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 7,5%, liderado pelo crescimento da indústria (10,4%) e do comércio (10,9%).

A base desse crescimento foi o mercado interno, impulsionado pelo aumento do salário mínimo e pela expansão da massa de rendimentos do trabalho. A taxa de desemprego total pesquisada pelo DIEESE nas regiões metropolitanas foi de 11,9%, representando uma queda significativa em relação à taxa de 14,0%, verificada em 2009.

Nesse ambiente de crescimento da economia e do emprego, 95,6% das negociações acompanhadas pelo DIEESE conquistaram aumentos iguais ou acima da inflação medida pelo INPC-IBGE. Do ponto de vista dos setores, os percentuais de negociações da indústria, comércio e serviços com aumentos iguais ou acima da inflação foram, respectivamente, de 97,4%, 96,6% e 92,8%.

O ano 2011 teve início em um contexto internacional desfavorável, fruto do aprofundamento da crise nos países europeus. Internamente, o Brasil teve que enfrentar pressões inflacionárias e taxas de juros elevadas. Diante dessa conjuntura, o governo federal adotou ações visando o corte de gastos correntes, com maior controle sobre as despesas com pessoal.

Os efeitos da crise internacional associados às medidas de contenção de gastos correntes do governo e às medidas de contenção das pressões inflacionárias fizeram com que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) caísse a 2,7% em 2011, com a indústria crescendo apenas 1,6%.

1 O estudo mantém o formato bianual do *Balanço das Greves em 2009 e 2010*, disponível no endereço: <<http://www.dieese.org.br/esp/estPesq60balGreves20092010.pdf>>

Mesmo nesse contexto, a taxa de desemprego pesquisada pelo DIEESE em seis regiões metropolitanas e no Distrito Federal manteve a tendência de queda e chegou a 10,5% da população economicamente ativa (PEA).

Apesar da redução do crescimento da economia, as negociações coletivas do período mantiveram-se com um número significativo de categorias de trabalhadores - 94,3% - conquistando aumentos iguais ou acima da inflação medida pelo INPC-IBGE.

Principais indicadores das greves de 2010 e 2011

O SAG-DIEESE registrou a ocorrência de 446 greves em 2010 e de 554 em 2011, número 24% maior que o do ano anterior (Tabela 1). Esses resultados confirmam a tendência de aumento do número de greves verificada a partir de 2002 – ano que estabeleceu, com os 298 movimentos registrados, a marca mais baixa da primeira década dos anos 2000 (ver gráfico Anexo).

TABELA 1
Total de greves nas esferas pública e privada, por setor de atividades
Brasil, 2010 e 2011

Esfera / Setor	2010		2011	
	nº	%	nº	%
Esfera Pública	269	60,3	325	58,7
Funcionalismo Público	234	52,5	296	53,4
Federal	23	5,2	33	6,0
Estadual	87	19,5	145	26,2
Municipal	122	27,4	109	19,7
Estadual e Municipal ⁽¹⁾	2	0,4	8	1,4
Federal, Estadual e Municipal ⁽²⁾	0	0,0	1	0,2
Empresas Estatais	35	7,8	29	5,2
Indústria	18	4,0	15	2,7
Serviços	17	3,8	14	2,5
Comércio	0	0,0	0	0,0
Esfera Privada	176	39,5	227	41,0
Indústria	97	21,7	131	23,6
Serviços	77	17,3	91	16,4
Comércio	1	0,2	3	0,5
Rural	1	0,2	1	0,2
Indústria e Serviços ⁽³⁾	0	0,0	1	0,2
Esfera Pública e Privada⁽⁴⁾	1	0,2	2	0,4
TOTAL	446	100,0	554	100,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Notas: (1) Greves empreendidas conjuntamente por funcionários públicos estaduais e municipais

(2) Greves empreendidas conjuntamente por funcionários públicos federais, estaduais e municipais

(3) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores dos setores industrial e de serviços

(4) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

Os dados da série de greves revelam que o total de 554 ocorrências cadastradas em 2011 é o maior verificado desde 1997, ano em que foram registradas 631 greves. Tomados

como referência, estes dois pontos - os anos de 1997 e de 2011 - delimitam um intervalo de 15 anos marcado pela relativa estabilidade do número de greves em baixo patamar. Esse dado contrasta com o período anterior – que pode ser delimitado *grosso modo* de meados da década de 1980 a meados da década de 1990 – caracterizado pela considerável frequência de movimentos grevistas, cujo destaque é o ano de 1989 quando foram registradas 1.962 greves.

Em 2010, o número de greves realizadas por trabalhadores da esfera pública (269) supera o número de greves deflagradas na esfera privada (176). No ano seguinte, em 2011, esta preponderância numérica é mantida: são 325 greves registradas na esfera pública e 227 greves na esfera privada. As paralisações dos trabalhadores da esfera pública, mesmo com pequena queda na participação, continuam prevalecendo e representam cerca de 60% do total anual de greves.

No caso das mobilizações verificadas exclusivamente na esfera privada, a maioria atingiu a indústria, setor que apresentou ligeiro aumento de participação frente ao total – de 22% para 24% – e no âmbito da esfera privada, caso em que passou de 55% para 58% (Tabela 1a). Diversamente, a participação do número de greves no setor de serviços diminuiu levemente frente ao conjunto anual, passando de 17% a 16%, e no âmbito da esfera privada, caso em que passou de 44% a 40%.

TABELA 1a
Total de greves na esfera privada, por setor de atividades
Brasil- 2010 e 2011

Setores	2010		2011	
	nº	%	nº	%
Indústria	97	55,1	131	57,7
Serviços	77	43,8	91	40,1
Comércio	1	0,6	3	1,3
Rural	1	0,6	1	0,4
Indústria e Serviços ⁽¹⁾	0	0,0	1	0,4
TOTAL	176	100,0	227	100,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores dos setores industrial e de serviços

A participação do funcionalismo público no total das greves permaneceu praticamente a mesma. O notável crescimento das greves entre os servidores estaduais contrasta com a diminuição entre os servidores municipais. Do ponto de vista da participação no conjunto do funcionalismo público (Tabela 1b), os servidores estaduais tornaram-se a categoria que organizou o maior número de greves (49%). Em 2010, foram os servidores municipais que ocuparam esta posição, com 52% dos movimentos deflagrados entre o funcionalismo.

TABELA 1b
Total de greves no funcionalismo público, por setor de atividades
Brasil- 2010 e 2011

Setores	2010		2011	
	nº	%	nº	%
Federal	23	9,8	33	11,1
Estadual	87	37,2	145	49
Municipal	122	52,1	109	36,8
Estadual e Municipal ⁽¹⁾	2	0,9	8	2,7
Federal, Estadual, Municipal ⁽²⁾	0	0	1	0,3
TOTAL	234	100	296	100

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por funcionários públicos estaduais e municipais

(2) Greves empreendidas conjuntamente por funcionários públicos federais, estaduais e municipais

Destaca-se, por fim, o aumento das greves deflagradas conjuntamente pelos servidores municipais e estaduais. De duas ocorrências em 2010, este número saltou para oito em 2011².

Horas paradas

Do ponto de vista das horas paradas, o total registrado em 2011 também foi maior (cresceu 41%) que o total registrado no ano anterior (Tabela 2). Na esfera pública, o número de horas não trabalhadas em protestos de trabalhadores aumentou 39% de um ano a outro; na esfera privada esse crescimento é maior: 54%. A proporção entre as partes, apesar dessa diferença, se mantém quase a mesma.

2 Há também, em 2011, o registro de uma paralisação realizada conjuntamente por servidores dos três níveis da administração pública: o Dia Nacional de Luta em Defesa do Servidor Público.

TABELA 2
Total de horas paradas nas esferas pública e privada, por setor de atividades
Brasil, 2010 e 2011

Esfera / Setor	2010		2011	
	Horas Paradas nº	%	Horas Paradas nº	%
Esfera Pública	38.085	84,8	52.739	83,3
Funcionalismo Público	36.474	81,2	50.695	80,0
Federal	7.208	16,0	5.674	9,0
Estadual	13.330	29,7	24.282	38,3
Municipal	15.920	35,4	20.667	32,6
Estadual e Municipal ⁽¹⁾	16	0,0	64	0,1
Federal, Estadual, Municipal ⁽²⁾	0	0,0	8	0,0
Empresas Estatais	1.611	3,6	2.044	3,2
Indústria	787	1,8	524	0,8
Serviços	824	1,8	1.520	2,4
Comércio	0	0,0	0	0,0
Esfera Privada	6.649	14,8	10.269	16,2
Indústria	4.390	9,8	6.596	10,4
Serviços	2.219	4,9	3.413	5,4
Comércio	16	0,0	84	0,1
Rural	24	0,1	160	0,3
Indústria e Serviços ⁽³⁾	0	0,0	16	0,0
Esfera Pública e Privada⁽⁴⁾	176	0,4	328	0,5
TOTAL	44.910	100,0	63.336	100,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por funcionários públicos estaduais e municipais

(2) Greves empreendidas conjuntamente por funcionários públicos federais, estaduais e municipais

(3) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores dos setores industrial e de serviços

(4) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

Obs: Somatória da duração em horas de cada greve, com limite máximo de oito horas para cada dia de paralisação

Nas greves da esfera privada (Tabela 2a), a indústria foi o setor que registrou o maior número de horas paradas. O setor de serviços vem em seguida.

TABELA 2a
Total de horas paradas na esfera privada, por setor de atividades
Brasil, 2010 e 2011

Setor	2010		2011	
	Horas Paradas nº	%	Horas Paradas nº	%
Indústria	4.390	66,0	6.596	64,2
Serviços	2.219	33,4	3.413	33,2
Comércio	16	0,2	84	0,8
Rural	24	0,4	160	1,6
Indústria e Serviços (1)	0	0	16	0,2
TOTAL	6.649	100	10.269	100

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores dos setores industrial e de serviços

De um ano para outro, o número de horas não trabalhadas pelo funcionalismo público em greve cresceu, mantendo, porém, a mesma participação relativa.

As horas paradas no nível estadual do funcionalismo foram as que mais cresceram de um ano para outro, seguidas pelas horas paradas em nível municipal. Entre o funcionalismo federal, ao contrário, o número de horas paradas diminuiu 21% de 2010 a 2011. Em relação à participação no conjunto do funcionalismo (Tabela 2b), os servidores estaduais tornaram-se, em 2011, a categoria que manteve as atividades paralisadas por mais tempo: 48% das horas não trabalhadas. Em 2010 foram os servidores municipais que ocuparam essa posição, com 44% das horas não trabalhadas.

TABELA 2b
Total de horas paradas no funcionalismo público, por setor de atividades
Brasil, 2010 e 2011

Setores	2010		2011	
	nº	%	nº	%
Federal	7.208	19,8	5.674	11,2
Estadual	13.330	36,5	24.282	47,9
Municipal	15.920	43,6	20.667	40,8
Estadual e Municipal ⁽¹⁾	16	0	64	0,1
Federal, Estadual, Municipal ⁽²⁾	0	0	8	0
TOTAL	36.474	100	50.695	100

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por funcionários públicos estaduais e municipais

(2) Greves empreendidas conjuntamente por funcionários públicos federais, estaduais e municipais

Duração

A maior parte das paralisações registradas em 2010 (60%) e em 2011 (55%) não durou mais do que cinco dias (Tabelas 3 e 4). Na esfera privada, do mesmo modo, grande parte das paralisações (74% da esfera em 2010 e 67% em 2011) não ultrapassou essa duração.

As greves do funcionalismo público, porém, tendem a prolongar-se por mais tempo. Cerca de 10% dessas greves chegaram a durar mais de 61 dias.

TABELA 3
Distribuição de greves segundo a duração dos movimentos, por esfera
Brasil- 2010

Dias afetados ⁽¹⁾	TOTAL			Esfera Pública						Esfera Privada		
				Funcionalismo Público			Empresas Estatais					
	nº	%	% acum.	Nº	%	% acum.	Nº	%	% acum.	Nº	%	% acum.
1	147	33,0	33,0	63	26,9	26,9	12	34,3	34,3	72	40,9	40,9
2 a 5	121	27,1	60,1	49	20,9	47,9	13	37,1	71,4	59	33,5	74,4
6 a 10	55	12,3	72,4	26	11,1	59,0	6	17,1	88,6	23	13,1	87,5
11 a 15	29	6,5	78,9	18	7,7	66,7	1	2,9	91,4	10	5,7	93,2
16 a 30	46	10,3	89,2	33	14,1	80,8	2	5,7	97,1	10	5,7	98,9
31 a 60	26	5,8	95,1	23	9,8	90,6	1	2,9	100,0	2	1,1	100,0
61 a 90	13	2,9	98,0	13	5,6	96,2	-	-	-	-	-	-
Mais de 90	9	2,0	100,0	9	3,8	100,0	-	-	-	-	-	-
TOTAL	446	100,0	-	234	100,0	-	35	100,0	-	176	100,0	-

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Nota: (1) Dias corridos

Obs.: A greve empreendida conjuntamente por trabalhadores de bancos públicos e privados durou 17 dias

TABELA 4
Distribuição de greves segundo a duração dos movimentos, por esfera
Brasil- 2011

Dias afetados ⁽¹⁾	TOTAL			Esfera Pública						Esfera Privada		
				Funcionalismo Público			Empresas Estatais					
	nº	%	% acum.	Nº	%	% acum.	Nº	%	% acum.	Nº	%	% acum.
1	154	27,8	27,8	77	26,0	26,0	7	24,1	24,1	70	30,8	30,8
2 a 5	153	27,6	55,4	58	19,6	45,6	13	44,8	69,0	82	36,1	67,0
6 a 10	78	14,1	69,5	32	10,8	56,4	4	13,8	82,8	42	18,5	85,5
11 a 15	34	6,1	75,6	20	6,8	63,2	0	0,0	82,8	14	6,2	91,6
16 a 30	56	10,1	85,7	37	12,5	75,7	2	6,9	89,7	15	6,6	98,2
31 a 60	47	8,5	94,2	40	13,5	89,2	3	10,3	100,0	4	1,8	100,0
61 a 90	24	4,3	98,6	24	8,1	97,3	-	-	-	-	-	-
Mais de 90	8	1,4	100,0	8	2,7	100,0	-	-	-	-	-	-
TOTAL	554	100,0	-	296	100,0	-	29	100,0	-	227	100,0	-

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Nota: (1) Dias corridos

Obs.: a) A greve empreendida conjuntamente por trabalhadores de bancos públicos e privados durou 18 dias

b) A greve empreendida conjuntamente por trabalhadores da construção e petroleiros durou 23 dias

A ausência de regulamentação da negociação coletiva de trabalho no funcionalismo público é um fator importante para explicar a discrepância entre a duração das greves nas esferas pública e privada. Dada a inexistência de data-base para a renovação das normas que regem as condições de trabalho, a paralisação das atividades é, muitas vezes, instrumento para pressionar pela abertura de negociações. E raramente as negociações têm início imediato. É

preciso mencionar, também, o fato de que as negociações na esfera pública são bastante complexas, envolvendo vários órgãos e instâncias de poder.

Greves de advertência

As greves de advertência (ou, em um sentido estrito, “paralisações”) são mobilizações que têm como estratégia o anúncio antecipado de quanto tempo devem durar, com a definição já na ocasião em que são deflagradas, do dia em que serão interrompidas. Em 2010, 127 greves (28%) tiveram essa característica; em 2011, foram 159 (29%) (Tabela 5).

Em geral, as greves de advertência são caracterizadas pela suspensão do trabalho por um dia ou por algumas horas do dia. Neste caso, a grande maioria das greves de advertência – 74%, em 2010 e 70%, em 2011 – não ultrapassou este prazo.

TABELA 5
Distribuição de greves de advertência, segundo a duração dos movimentos
Brasil, 2010 e 2011

Dias afetados	Duração da greve	2010		2011	
		nº	%	nº	%
1 dia	Até 8h	27	21,3	26	16,4
	8h	67	52,8	86	54,1
Subtotal		94	74,0	112	70,4
2 dias	Até 16h	4	3,1	4	2,5
	16h	13	10,2	21	13,2
Subtotal		17	13,4	25	15,7
3 dias	24h	7	5,5	15	9,4
4 dias	32h	5	3,9	3	1,9
5 dias	40h	2	1,6	2	1,3
6 dias	48h	1	0,8	0	0,0
7 dias	56h	0	0,0	1	0,6
9 dias	72h	1	0,8	0	0,0
10 dias	80h	0	0,0	1	0,6
Subtotal		16	12,6	22	13,8
TOTAL		127	100,0	159	100,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Densidade e volume

Para calcular a densidade e o volume das paralisações, o DIEESE leva em consideração a quantidade de trabalhadores envolvidos nas greves e o número de horas paradas (Tabelas 6 e 7). Para tanto, foram consideradas apenas as 217 greves de 2010 (49% dos registros) e as 297 greves de 2011 (54% dos registros) das quais foi possível obter informações sobre o número de grevistas.

A variação do percentual de registros com informações relativas à quantidade de grevistas em cada ano decorre da maior ou menor dificuldade de captação desses dados, nem sempre divulgados nas notícias de greves veiculadas nos jornais.

Quando comparados, os números de 2010 e 2011 apontam para o aumento da participação de um ano a outro: em 2010, o total superava mais de 1,6 milhão e em 2011 o total de trabalhadores envolvidos em greves era maior que 2 milhões. Também o total de *trabalhadores x horas paradas* aumentou de cerca de 265 milhões para cerca de 342 milhões. Apenas a média de trabalhadores em greve registrou pequena queda: passou de 7.294 para 6.902 trabalhadores por greve.

TABELA 6
Número de greves, grevistas, média de trabalhadores por greve e trabalhadores x horas paradas, nas esferas pública e privada
Brasil, 2010

Esfera / Setor	Greves		Grevistas		Média de trabalhadores por greve	Trabalhadores x horas paradas ⁽¹⁾	
	nº	%	nº	%	nº	nº	%
Esfera Pública	120	55,3	1.143.430	72,2	9.529	227.743.104	86,0
Funcionalismo Público	98	45,2	1.111.048	70,2	11.337	226.213.936	85,4
Empresas Estatais	22	10,1	32.382	2,0	1.472	1.529.168	0,6
Esfera Privada	96	44,2	242.856	15,3	2.530	16.684.987	6,3
Esfera Pública e Privada⁽²⁾	1	0,5	196.460	12,4	196.460	20.503.280	7,7
TOTAL	217	100,0	1.582.746	100,0	7.294	264.931.371	100,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Nota: (1) Soma das horas paradas por cada trabalhador em cada greve

(2) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

Obs.: Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informações sobre o número de trabalhadores parados

TABELA 7
Número de greves, grevistas, média de trabalhadores por greve e trabalhadores x horas paradas, nas esferas pública e privada
Brasil, 2011

Esfera / Setor	Greves		Grevistas		Média de trabalhadores por greve	Trabalhadores x horas paradas ⁽¹⁾	
	nº	%	nº	%	nº	nº	%
Esfera Pública	135	45,5	1.049.450	51,2	7.774	228.550.432	66,9
Funcionalismo Público	121	40,7	981.492	47,9	8.112	213.975.104	62,6
Empresas Estatais	14	4,7	67.958	3,3	4.854	14.575.328	4,3
Esfera Privada	160	53,9	711.651	34,7	4.448	76.895.068	22,5
Esfera Pública e Privada⁽²⁾	2	0,7	288.920	14,1	144.460	36.316.160	10,6
TOTAL	297	100,0	2.050.021	100,0	6.902	341.761.660	100,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Nota: (1) Soma das horas paradas por cada trabalhador em cada greve

(2) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

Obs.: Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informações sobre o número de trabalhadores parados

Ao desagregar as informações por esferas, é possível notar que o crescimento desses totais entre 2010 e 2011 está baseado no aumento dos números da esfera privada. Em relação à participação, enquanto a esfera pública registra uma pequena queda de um ano a outro no número de trabalhadores envolvidos em greves (de cerca de 1,1 milhão para cerca de 1 milhão), a esfera privada registra um considerável aumento (de cerca de 240.000 para 710.000). Em relação à média de trabalhadores por greve esta tendência também se verifica: diminuição da média de trabalhadores envolvidos em greves da esfera pública (de 9.529 para 7.774) e aumento dessa média entre os trabalhadores da esfera privada (de 2.530 a 4.448). Essa tendência também é visível, parcialmente, no caso do produto *trabalhadores x horas paradas*. Ainda que na esfera pública esse número tenha permanecido praticamente o mesmo: 227,7 milhões, em 2010 e 228,5 milhões, em 2011 – na esfera privada esse número saltou de 16,7 milhões para 76,9 milhões. Em termos proporcionais, houve queda na esfera pública e aumento na esfera privada.

Mesmo que estes cálculos não se refiram ao conjunto dos registros, já que são considerados aqui apenas aqueles que trazem informações a respeito do número de grevistas, é possível afirmar que o crescimento dos números da esfera privada observados nas Tabelas 1 e 2 – do *número de greves* e de *horas paradas* – acentuou-se nas Tabelas 6 e 7 (*número de grevistas, média de trabalhadores por greve e trabalhadores x horas paradas*). Entretanto, nos dois casos, predominância dos números da esfera pública persiste.

As Tabelas 8 e 9 apresentam indicadores de densidade e volume das greves dos funcionários públicos e dos trabalhadores da esfera privada de acordo com o nível de organização – por categoria profissional ou por empresa/unidade.

TABELA 8
Número de greves, grevistas, média de trabalhadores por greve e trabalhadores x horas paradas de funcionários públicos e de trabalhadores na esfera privada, no âmbito de empresa e de categoria
Brasil, 2010

Esfera / Setor	Greves		Grevistas		Média de trabalhadores por greve	Trabalhadores x horas paradas ⁽¹⁾	
	nº	%	nº	%	nº	nº	%
Funcionalismo Público	98	100	1.111.048	100	11.337	226.213.936	100
Categoria	78	80	1.088.704	98	13.958	216.679.592	96
Unidade ⁽²⁾	20	20	22.344	2	1.117	9.534.344	4
Esfera Privada	96	100	242.856	100	2.530	16.684.987	100
Categoria	15	16	157.337	65	10.489	10.035.952	60
Empresa	81	84	85.519	35	1.056	6.649.035	40

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Nota: (1) Soma das horas paradas por cada trabalhador em cada greve

(2) Autarquias, fundações, institutos, hospitais e universidades

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informações sobre o número de trabalhadores parados

b) Os percentuais foram calculados sobre o total de greves realizadas por funcionários públicos e por trabalhadores na esfera privada, separadamente

c) Não foram discriminadas as paralisações dos trabalhadores em empresas estatais e a que envolveu conjuntamente trabalhadores das esferas pública e privada

TABELA 9
Número de greves, grevistas, média de trabalhadores por greve e trabalhadores x horas paradas de funcionários públicos e de trabalhadores na esfera privada, no âmbito de empresa e de categoria
Brasil, 2011

Esfera / Setor	Greves		Grevistas		Média de trabalhadores por greve	Trabalhadores x horas paradas ⁽¹⁾	
	nº	%	nº	%	nº	nº	%
Funcionalismo Público	121	100	981.492	100	8.112	213.975.104	100
Categoria	91	75	953.347	97	10.476	208.478.736	97
Unidade ⁽²⁾	30	25	28.145	3	938	5.496.368	3
Esfera Privada	160	100	711.651	100	4.448	76.895.068	100
Categoria	21	13	416.757	59	19.846	54.523.104	71
Empresa	139	87	294.894	41	2.122	22.371.964	29

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Nota: (1) Soma das horas paradas por cada trabalhador em cada greve

(2) Autarquias, fundações, institutos, hospitais e universidades

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informações sobre o número de trabalhadores parados

b) Os percentuais foram calculados sobre o total de greves realizadas por funcionários públicos e por trabalhadores na esfera privada, separadamente

As greves de funcionários públicos permaneceram, nos dois anos, na maioria das vezes, no âmbito das categorias: 80% em 2010, 75% em 2011. Já na esfera privada, as greves por empresa foram mais frequentes: 84% e 87% respectivamente.

As greves de categoria deflagradas pelo funcionalismo público respondiam, em 2010, por 98% do total de grevistas dessa esfera e por 96% do total de *trabalhadores x horas paradas*; em 2011, representavam 97% do total de grevistas e 97% do total de *trabalhadores x horas paradas*, também considerando a esfera pública. Mesmo na esfera privada, as greves de categoria, embora pouco frequentes, envolveram os maiores percentuais: em 2010, 65% do total de grevistas e 60% do total *trabalhadores x horas paradas*; em 2011, 59% do total de grevistas e 71% do total *trabalhadores x horas paradas*.

A média de trabalhadores por greve é outro indicador do peso das mobilizações por categoria. No funcionalismo público, a média de trabalhadores parados nas greves de categoria, em 2010, foi 11,5 vezes maior que a observada nas paralisações por unidade; em 2011, esta diferença foi de 10,2. Na esfera privada, a mesma comparação mostra, em 2010, que a média de trabalhadores parados em greves de categoria ficou 8,9 vezes maior que a observada nas paralisações por empresa; em 2011 esta diferença foi de 8,4.

Adesão

A distribuição do número de greves e grevistas segundo faixas de adesão ao movimento encontra-se nas tabelas 10 e 11. Os dados mostram que 24% dos movimentos paredistas, em 2010, contaram com até 200 grevistas; para 2011, esse percentual é de 22%. Mais da metade dos movimentos (58% em 2010, 56% em 2011) tiveram participação de até

mil trabalhadores. Paralisações com mais de 50 mil trabalhadores representaram 3% das greves em 2010 e 4% em 2011.

As paralisações com até mil grevistas reuniram, em 2010, somente 3% do total de trabalhadores parados; em 2011 esta porcentagem é a mesma. Por outro lado, seis greves realizadas por mais de 50 mil trabalhadores mobilizaram, em 2010, 46% do total de trabalhadores parados. Em 2011, 12 greves com mais de 50 mil trabalhadores envolveram 63% dos trabalhadores parados.

TABELA 10
Distribuição de greves e grevistas, por faixas de número de trabalhadores que participaram dos movimentos
Brasil, 2010

Número de trabalhadores	Greves			Grevistas		
	nº	%	% acum.	Nº	%	% acum.
Até 200	51	23,5	23,5	4.552	0,3	0,3
201 – 500	36	16,6	40,1	12.244	0,8	1,1
501 – 1 mil	39	18,0	58,1	28.386	1,8	2,9
1.001 – 2 mil	24	11,1	69,1	37.834	2,4	5,2
2.001 – 5 mil	26	12,0	81,1	80.915	5,1	10,4
5.001 – 10 mil	14	6,5	87,6	102.430	6,5	16,8
10.001 – 20 mil	9	4,1	91,7	122.425	7,7	24,6
20.001 – 50.000	12	5,5	97,2	462.300	29,2	53,8
Mais de 50 mil	6	2,8	100,0	731.660	46,2	100,0
TOTAL	217	100,0	-	1.582.746	100,0	-

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Obs: Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informação sobre o número de trabalhadores parados

TABELA 11
Distribuição de greves e grevistas, por faixas de número de trabalhadores que participaram dos movimentos
Brasil, 2011

Número de trabalhadores	Greves			Grevistas		
	nº	%	% acum.	Nº	%	% acum.
Até 200	64	21,5	21,5	5.973	0,3	0,3
201 – 500	48	16,2	37,7	16.669	0,8	1,1
501 – 1 mil	55	18,5	56,2	44.068	2,1	3,3
1.001 – 2 mil	45	15,2	71,4	68.912	3,4	6,6
2.001 – 5 mil	40	13,5	84,8	140.661	6,9	13,5
5.001 – 10 mil	15	5,1	89,9	117.560	5,7	19,2
10.001 – 20 mil	11	3,7	93,6	164.708	8,0	27,2
20.001 – 50.000	7	2,4	96,0	207.050	10,1	37,3
Mais de 50 mil	12	4,0	100,0	1.284.420	62,7	100,0
TOTAL	297	100,0	-	2.050.021	100,0	-

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Obs: Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informação sobre o número de trabalhadores parados

Entre as greves que envolveram maior quantidade de trabalhadores em 2011, destacaram-se, no funcionalismo público: a paralisação dos professores estaduais do Paraná, que durou um dia e mobilizou cerca de 90 mil servidores; a greve dos trabalhadores na educação pública de Minas Gerais, que envolveu, por 112 dias, aproximadamente 170 mil educadores; a greve dos servidores estaduais de Goiás, com 53 mil adesões e dois dias de duração; o protesto de 24 horas dos servidores de Pernambuco, que reuniu 100 mil trabalhadores; o Dia Nacional de Protesto pela Valorização do Médico e da Saúde Pública, promovido pelos médicos do SUS em todo o país durante um dia e que contou com 100 mil profissionais e, por fim, o protesto dos professores estaduais e municipais pelo pagamento do Piso Nacional da Categoria, que durante um dia mobilizou cerca de 120 mil educadores em todo o país. Destacou-se também, entre as empresas estatais, a paralisação dos Correios, que se prolongou por 29 dias e envolveu mais de 54 mil trabalhadores.

Na esfera privada, quatro greves de trabalhadores da construção, todas de categoria, devem ser mencionadas: em Salvador (80 mil trabalhadores mobilizados ao longo de 34 dias), em Fortaleza (70 mil trabalhadores parados por 15 dias), em São Luís (90.000 trabalhadores e 8 dias de greve) e em Pernambuco (70 mil trabalhadores com os braços cruzados por 5 dias).

A greve dos bancários de instituições pública e privadas, em 2011, durou 18 dias e chegou a envolver mais de 280 mil trabalhadores.

Motivações das greves

Nesta seção, pretende-se identificar as causas que levaram os trabalhadores à suspensão das atividades, em 2010 e 2011. Para isso, primeiramente, será analisado o caráter das paralisações, entendido como a intenção geral das reivindicações apresentadas pelos grevistas, com base no teor das questões constantes da pauta.

Para cada greve, foi examinado o conjunto de exigências dos trabalhadores e procurou-se classificá-las de acordo com seus propósitos. Greves que propõem novas conquistas ou ampliação das já asseguradas são consideradas propositivas. As que se caracterizam pela defesa da manutenção de condições de trabalho vigentes; pelo respeito a condições mínimas de trabalho, saúde e segurança do trabalho; ou contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo ou legislação, são denominadas greves defensivas.

Paralisações que visam o atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho são classificadas como greves de protesto. Já os movimentos que se propõem a apoiar trabalhadores de outras categorias, empresas ou setores da empresa, são considerados greves de solidariedade.

Na esfera pública, o caráter propositivo mantém as proporções tanto entre o funcionalismo público como entre os trabalhadores das estatais. O caráter defensivo, por sua vez, é acentuado e baseia-se, em grande medida, no crescimento das greves pela manutenção de condições vigentes. As greves de protesto concentram-se no funcionalismo (Tabelas 12 e 13).

TABELA 12
Total de greves por caráter das reivindicações, segundo esfera e setores de atividade
Brasil, 2010

Caráter	Esfera pública				Esfera privada (¹)					
	Funcionalismo Público (234)		Empresas Estatais (35)		Indústria (97)		Serviços (77)		Comércio (1)	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Propositivas	198	84,6	26	74,3	79	81,4	48	62,3	1	100,0
Defensivas	104	44,4	14	40,0	36	37,1	47	61,0	0	0,0
Manutenção de condições vigentes	40	17,1	9	25,7	18	18,6	19	24,7	0	0,0
Descumprimento de direitos	75	32,1	5	14,3	22	22,7	34	44,2	0	0,0
Protesto	50	21,4	0	0,0	1	1,0	1	1,3	0	0,0
Solidariedade	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Nota: (1) Na esfera privada houve também uma greve realizada por trabalhadores rurais com reivindicações de caráter defensivo (contra o descumprimento de direitos)

Obs.: a) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

b) A única greve empreendida conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada conteve reivindicações de caráter propositivo e defensivo (manutenção de condições vigentes)

TABELA 13
Total de greves por caráter das reivindicações, segundo esfera e setores de atividade
Brasil, 2011

Caráter	Esfera pública				Esfera privada (¹)					
	Funcionalismo Público (296)		Empresas Estatais (29)		Indústria (131)		Serviços (91)		Comércio (3)	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Propositivas	242	81,8	22	75,9	109	83,2	45	49,5	3	100,0
Defensivas	196	66,2	18	62,1	55	42,0	67	73,6	3	100,0
Manutenção de condições vigentes	133	44,9	15	51,7	39	29,8	26	28,6	3	100,0
Descumprimento de direitos	95	32,1	4	13,8	31	23,7	47	51,6	1	33,3
Protesto	74	25,0	3	10,3	2	1,5	2	2,2	0	0,0
Solidariedade	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Nota: (1) Na esfera privada houve também uma greve realizada por trabalhadores rurais com reivindicações de caráter propositivo e defensivo (pela manutenção de condições vigentes e contra o descumprimento de direitos)

Obs.: a) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

b) A greve empreendida conjuntamente por trabalhadores de bancos públicos e privados conteve reivindicações de caráter propositivo e defensivo (manutenção de condições vigentes)

c) A greve empreendida conjuntamente por trabalhadores da construção e petroleiros conteve reivindicações de caráter propositivo e defensivo (descumprimento de direitos)

No âmbito da esfera privada, na indústria, o aumento das greves de caráter defensivo não é tão pronunciado (de 37% a 42%) e baseia-se principalmente no aumento das paralisações pela manutenção de condições vigentes. Contudo, prevalecem as greves de

caráter propositivo nos dois anos em análise, com pequeno aumento na proporção entre 2010 e 2011.

No setor de serviços da esfera privada, o percentual das greves propositivas cai de 62% para 49%. A intensificação do caráter defensivo, que também se verifica neste setor, deve-se mais ao aumento das greves contra o descumprimento de direitos do que ao aumento das greves pela manutenção de condições vigentes.

É necessário mencionar, por fim, a realização de greves defensivas no setor do comércio – mobilizações que denunciam, principalmente, as más condições de trabalho.

Reivindicações

Na Tabela 14, são relacionadas as principais reivindicações constantes das pautas das greves em todos os movimentos registrados.

As demandas de natureza econômica motivaram a maioria das greves. A exigência de reajuste salarial permanece predominante ao longo dos dois anos. Em proporção um pouco menor, aparecem reivindicações ligadas ao cumprimento, implantação e/ou reformulação de Plano de Cargos e Salários, reivindicações relacionadas à introdução, manutenção ou melhoria do auxílio-alimentação e também reivindicações que se referem ao pagamento do piso salarial. Outras demandas – condições de trabalho e admissão de novos trabalhadores/realização de concurso público – também permanecem expressivas. Destaca-se, por fim, o aumento das reivindicações relativas à assistência médica de 2010 a 2011.

TABELA 14
Principais reivindicações das greves
Brasil, 2010 e 2011

Reivindicação	2010		2011	
	nº	%	nº	%
Reajuste salarial	214	48,0	303	54,7
Plano de Cargos e Salários (PCS) ou de Carreira	121	27,1	142	25,6
Auxílio alimentação	99	22,2	151	27,3
Condições de trabalho	83	18,6	122	22,0
Piso salarial	60	13,5	94	17,0
Contratação	40	9,0	70	12,6
Atraso de salário	45	10,1	56	10,1
Assistência médica	30	6,7	69	12,5
Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR)	51	11,4	48	8,7
Local de trabalho	25	5,6	53	9,6
Redução de jornada	30	6,7	41	7,4
Isonomia salarial	33	7,4	36	6,5

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

As Tabelas 15 e 16 apresentam, respectivamente, as reivindicações mais frequentes dos trabalhadores da esfera pública e da privada, de modo a identificar as particularidades das greves de cada uma delas.

A demanda por reajuste salarial continua a ser a principal reivindicação da esfera pública, compondo a pauta de mais da metade das paralisações e de maneira crescente de 2010 para 2011. Em seguida, registram-se as reivindicações por cumprimento, elaboração e/ou implantação de Plano de Cargos e Salários, por questões relativas às condições de trabalho, ao piso salarial e à contratação de novos trabalhadores/abertura de concurso público. É notável o aumento das reivindicações relativas à introdução, manutenção ou melhoria do auxílio-alimentação.

TABELA 15
Principais reivindicações das greves na esfera pública
Brasil, 2010 e 2011

Reivindicação	2010		2011	
	Greves (269)		Greves (325)	
	nº	%	nº	%
Reajuste salarial	140	52,0	192	59,1
Plano de Cargos e Salários (PCS) ou de Carreira	111	41,3	124	38,1
Condições de trabalho	66	24,5	89	27,4
Piso salarial	48	17,8	62	19,1
Contratação	38	14,1	67	20,6
Auxílio alimentação	26	9,7	56	17,2
Melhoria nos serviços públicos ⁽¹⁾	31	11,5	47	14,5
Alterações na legislação	21	7,8	38	11,7
Isonomia salarial	21	7,8	26	8,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Nota: (1) Serviços de educação, saúde e segurança, entre outros

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Na esfera privada, o reajuste salarial permanece como principal reivindicação. Em seguida estão as reivindicações por introdução, manutenção ou melhoria do auxílio-alimentação, pela Participação nos Lucros e Resultados – que apresenta queda na frequência de registros –, além de movimentos contra o atraso no pagamento de salário e por questões referentes à assistência médica. As demandas relativas ao pagamento de piso salarial têm sua proporção elevada de 6% a 14%.

TABELA 16
Principais reivindicações das greves na esfera privada
Brasil, 2010 e 2011

Reivindicação	2010		2011	
	Greves (176)		Greves (227)	
	nº	%	nº	%
Reajuste salarial	73	41,5	110	48,5
Auxílio alimentação	72	40,9	95	41,8
Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR)	43	24,4	40	17,6
Atraso de salário	28	15,9	44	19,4
Assistência médica	26	14,8	39	17,2
Condições de trabalho	17	9,7	31	13,7
Adicional de horas extras	14	8,0	33	14,5
Piso salarial	11	6,3	31	13,7
Redução de jornada	16	9,1	24	10,6

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Encaminhamento das greves

Nesta seção, serão apresentados os encaminhamentos observados nas greves de 2010 e 2011. Para isso, serão relatadas as principais ações realizadas pelos trabalhadores nas paralisações e os mecanismos adotados pelas partes para a solução dos conflitos.

Novamente, cabe lembrar que serão examinadas apenas as informações disponíveis para a análise. Nem sempre as notícias divulgadas sobre os movimentos paradedistas são completas ou detalham fatos importantes. Por essa razão, para cada um dos itens analisados a seguir, será considerado o conjunto composto pelas paralisações sobre as quais foi possível obter alguma informação.

Ações dos grevistas

Em 2010, foram noticiadas ações de grevistas em 165 paralisações (37% do total anual) registradas no SAG-DIEESE; em 2011, foram 362 registros (65%) com essa informação (Tabela 17). A forma mais disseminada de manifestação é a concentração de trabalhadores em atos públicos. Em seguida observa-se o recurso a passeatas e piquetes. Os trabalhadores também promoveram, com menor frequência, ocupações, acampamentos e vigílias.

TABELA 17
Distribuição de greves por tipo de ação dos grevistas
Brasil, 2010 e 2011

Ação	2010		2011	
	Greves (165)		Greves (362)	
	nº	%	nº	%
Concentração	128	77,6	337	93,1
Passeata	51	30,9	127	35,1
Piquete	18	10,9	42	11,6
Ocupação	11	6,7	31	8,6
Acampamento	10	6,1	22	6,1
Vigília	5	3,0	11	3,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informações sobre a ação dos grevistas

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisadas, dado que uma mesma paralisação pode conter diferentes tipos de ação

Formas de resolução dos conflitos

Em 2010, foram registradas 268 greves (60% do total anual) com informações sobre os meios adotados pelas partes para a resolução dos conflitos; em 2011, foram 347 (63%). Na grande maioria desses registros o recurso à negociação direta e/ou mediada foi adotado (Tabela 18).

TABELA 18
Distribuição das greves por mecanismos de resolução dos conflitos
Brasil, 2010 e 2011

Formas de resolução	2010		2011	
	Greves (268)		Greves (347)	
	nº	%	nº	%
Negociação	232	86,6	295	85
Intervenção/participação da Justiça⁽¹⁾	98	36,6	139	40,1
Decisão judicial	71	26,1	105	30,3
Recursos ⁽²⁾	28	10,8	50	14,4
Acordo judicial	1	0,4	17	4,9
Constituição de comissão	0	0	13	3,7

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Notas: (1) O total de intervenção/participação da Justiça pode ser superior à soma dos subitens, dado que em uma mesma greve o Judiciário pode intervir em um momento como mediador e em outro como árbitro.

(2) Greves com informação sobre a intervenção/participação da Justiça, mas sem notícia sobre os resultados do julgamento ou cujo término ocorreu antes de decisão judicial

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos

Na comparação entre as esferas, a atuação da Justiça é mais intensa na esfera pública: 41% em 2010 e 50% em 2011, com destaque para as greves das empresas estatais, onde essa participação se deu em 45% dos casos, em 2010, e em 67%, em 2011. Nas paralisações do funcionalismo público, em 2010, a Justiça foi mais acionada para atuar entre as greves do

funcionalismo municipal; em 2011, passou a ser mais acionada entre as greves do funcionalismo estadual. As greves do funcionalismo federal continuaram a ser aquelas que registraram os menores números de atuação judicial. Já na esfera privada, a recorrência ao Judiciário ocorreu em cerca de um terço das paralisações para as quais tal informação está disponível (Tabela 19).

TABELA 19
Participações da Justiça durante as greves, nas esferas pública e privada
Brasil, 2010 e 2011

Esfera	2010			2011		
	Total de greves (268)	Greves com participação da Justiça (98)		Total de greves (347)	Greves com participação da Justiça (139)	
	nº	nº	%	nº	nº	%
Esfera Pública	154	63	40,9	187	93	49,7
Funcionalismo Público	134	54	40,3	175	85	48,6
Federal	14	5	35,7	12	2	16,7
Estadual	48	19	39,6	90	47	52,2
Municipal	71	30	42,3	73	36	49,3
Estadual e Municipal ⁽¹⁾	1	0	0,0	0	0	0,0
Empresas Estatais	20	9	45,0	12	8	66,7
Esfera Privada	113	34	30,1	158	45	28,5
Esfera Pública e Privada⁽²⁾	1	1	100,0	2	1	50,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Notas: (1) Greve empreendida conjuntamente por funcionários públicos estaduais e municipais

(2) Greve empreendida conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

Em 83% das greves da esfera pública para as quais foram obtidas informações mais detalhadas, em 2010, houve abertura de negociação para o encaminhamento das reivindicações (Tabela 20); em 2011, esse percentual foi de 80%. Em 92% das greves da esfera privada em 2010 houve abertura de negociação, e em 2011, esse percentual ficou em 91%. O setor público federal ofereceu menos resistência à abertura de negociações (houve abertura de negociações em 93% das greves de 2010 e em 92% das de 2011); o setor público estadual, por outro lado, foi o que mais resistiu (e se tornou mais resistente de um ano para outro). Ainda assim, negociou em 81% das greves, em 2010, e em 72% das de 2011. Por fim, a abertura de negociações em 100% das greves das empresas estatais em 2011 deve ser destacada.

TABELA 20
Negociações diretas abertas durante as greves, nas esferas pública e privada
Brasil, 2010 e 2011

Esfera	2010			2011		
	Total de greves (268)	Negociações (233)		Total de greves (347)	Negociações (295)	
	nº	nº	%	nº	nº	%
Pública	154	128	83,1	187	149	79,7
Funcionalismo Público	134	111	82,8	175	137	78,3
Federal	14	13	92,9	12	11	91,7
Estadual	48	39	81,3	90	65	72,2
Municipal	71	58	81,7	73	61	83,6
Estadual e Municipal ⁽¹⁾	1	1	100,0	0	0	0,0
Empresas Estatais	20	17	85,0	12	12	100,0
Privada	113	104	92,0	158	144	91,1
Esfera Pública e Privada⁽²⁾	1	1	100,0	2	2	100,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Notas: (1) Greve empreendida conjuntamente por funcionários públicos estaduais e municipais

(2) Greve empreendida conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos

Resultados das greves

A análise dos resultados das greves acompanhadas em 2010 e 2011 permite estimar em que medida os movimentos paredistas foram bem-sucedidos. Para tanto, foram consideradas as 247 paralisações sobre as quais foi obtida informação quanto ao desfecho em 2010 (55% do total anual) e, nas mesmas condições, as 365 (66%) de 2011 (Tabelas 21 e 22).

Aproximadamente 64% das greves consideradas em 2010 alcançaram algum êxito no atendimento de suas reivindicações; e esse percentual, em 2011, correspondeu a 69%. As mobilizações organizadas por trabalhadores na esfera privada apresentaram maior efetividade: em 2010, bem como em 2011, 80% das greves resultaram em atendimento total ou parcial das reivindicações.

Por outro lado, é na esfera pública que se constata o maior percentual de greves encerradas mediante compromisso de prosseguimento das negociações: 33% entre o funcionalismo público (o mesmo percentual para os dois anos), 29% entre os trabalhadores das estatais em 2011 (em 2010 esse percentual foi de 33%).

TABELA 21
Resultados das greves nas esferas pública e privada
Brasil, 2010

Resultado	Total (247)		Esfera Pública				Esfera Privada (100)	
			Func. Público (122)		Empr. Estatais (24)			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Atendimento das reivindicações	159	64,4	63	51,6	15	62,5	80	80,0
Integral	51	20,6	16	13,1	5	20,8	30	30,0
Parcial	108	43,7	47	38,5	10	41,7	50	50,0
Rejeição das reivindicações	25	10,1	21	17,2	1	4,2	3	3,0
Prosseguimento das negociações	68	27,5	40	32,8	8	33,3	20	20,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com resultados informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dada a possibilidade de uma mesma paralisação ter dois resultados combinados

c) A única greve que envolveu trabalhadores das esferas pública e privada terminou com o atendimento parcial das reivindicações

TABELA 22
Resultados das greves nas esferas pública e privada
Brasil, 2011

Resultado	Total (365)		Esfera Pública				Esfera Privada (167)	
			Func. Público (183)		Empr. Estatais (14)			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Atendimento das reivindicações	253	69,3	107	58,5	11	78,6	134	80,2
Integral	53	14,5	17	9,3	0	0,0	36	21,6
Parcial	200	54,8	90	49,2	11	78,6	98	58,7
Rejeição das reivindicações	38	10,4	31	16,9	1	7,1	6	3,6
Prosseguimento das negociações	106	29,0	60	32,8	4	28,6	42	25,1

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com resultados informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dada a possibilidade de uma mesma paralisação ter dois resultados combinados

c) A greve empreendida conjuntamente por trabalhadores de bancos públicos e privados terminou com o atendimento parcial das reivindicações

Também foram examinadas as consequências referentes à realização das greves, como definições sobre o pagamento ou compensação das horas paradas e garantias contra retaliações aos grevistas. Existem informações desse tipo em 120 registros de greve em 2011 (22%).

Em 61 greves, os trabalhadores conquistaram, parcial ou integralmente, o não desconto das horas paradas nos salários. Em 45 greves, os trabalhadores comprometeram-se a repor, parcial ou integralmente, as horas de interrupção do trabalho. O desconto nos dias parados foi verificado em 13 registros.

Em 2011, 18 greves encerraram-se com algum tipo de punição dirigida aos grevistas e três terminaram com demissões. De outro lado, 18 greves acabaram diante do compromisso de não punição aos grevistas e 26 terminaram com a garantia de algum tipo de estabilidade.

Quanto às decisões judiciais sobre o exercício das greves, em 2011, 63 paralisações foram consideradas abusivas e/ou ilegais: 21 greves no funcionalismo municipal e 31 no estadual, além de 11 greves na esfera privada. Por outro lado, 18 greves foram declaradas não abusivas e/ou legais – nove entre o funcionalismo, quatro entre trabalhadores de empresas estatais, quatro entre trabalhadores de empresas privadas (e uma greve envolvendo conjuntamente estas duas últimas categorias).

Greves por setor de atividade na esfera privada e por nível administrativo da esfera pública

Greves dos trabalhadores na indústria da esfera privada

Destaca-se, entre os trabalhadores da indústria privada, o aumento das reivindicações por reajuste salarial (de 34% para 53%) (Tabela 23). Paralelamente, mas de maneira inversa, houve a diminuição das reivindicações ligadas à Participação nos Lucros e Resultados, que passaram de 42%, em 2010, para 27%, em 2011. Dessa forma, portanto, o reajuste salarial tornou-se a principal reivindicação dos trabalhadores da indústria privada em 2011, ultrapassando as demandas relacionadas à PLR, que foram as mais frequentes em 2010.

TABELA 23
Principais reivindicações das greves na indústria da esfera privada
Brasil, 2010 e 2011

Reivindicação	2010				2011			
	Indústria (97 greves)		Total (446 greves)		Indústria (131 greves)		Total (554 greves)	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Reajuste salarial	33	34,0	214	48,0	70	53,4	303	54,7
Auxílio alimentação	32	33,0	99	22,2	55	42,0	151	27,3
PLR	41	42,3	51	11,4	35	26,7	48	8,7
Assistência médica	14	14,4	30	6,7	30	22,9	69	12,5
Local de trabalho	5	5,2	25	5,6	23	17,6	53	9,6

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

As demandas ligadas à alimentação, por sua vez, aumentaram de 33% a 42%, saltando de terceira reivindicação mais importante para o segundo lugar. Outras reivindicações – por assistência médica, por melhores condições do local de trabalho – também tiveram a frequência aumentada de um ano para outro.

Em 2011, a região Sudeste manteve a liderança no número de greves na indústria privada (73 ocorrências que, percentualmente, equivalem a 56%). A região Nordeste, com 28 greves (21%) veio em segundo lugar – e a região Sul, com 13 greves (10%) em terceiro. Na região Norte, foram realizadas 10 greves e a região Centro-Oeste registrou sete paralisações em 2011.

Os metalúrgicos permaneceram como categoria que organizou a maioria das greves – foram registradas 60 mobilizações (46%). Os trabalhadores da construção e mobiliário contabilizaram 52 mobilizações (40%) e os trabalhadores da indústria química, seis (9%).

Em 2011, 89% das greves da indústria privada foram deflagradas no âmbito das empresas.

Entre as greves deflagradas por categoria, em 2011, predominaram as dos trabalhadores da construção e do mobiliário: 12 das 20 mobilizações. Os metalúrgicos deflagraram quatro greves de categoria.

Greves dos trabalhadores em serviços da esfera privada

No setor de serviços da esfera privada, há uma queda na frequência das reivindicações de reajuste salarial (de 51% para 41%) e auxílio-alimentação (de 51% para 40%) (Tabela 24). Os protestos contra o atraso no pagamento dos salários aumentaram consideravelmente, de 25% para 36%; e também cresceu o volume de reivindicações relacionadas às condições de trabalho.

TABELA 24
Principais reivindicações das greves em serviços da esfera privada
Brasil, 2010 e 2011

Reivindicação	2010				2011			
	Serviços (77 greves)		Total (446 greves)		Serviços (91 greves)		Total (554 greves)	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Reajuste salarial	39	50,6	214	48,0	37	40,7	303	54,7
Auxílio alimentação	39	50,6	99	22,2	36	39,6	151	27,3
Atraso de salário	19	24,7	45	10,1	33	36,3	56	10,1
Condições de trabalho	13	16,9	83	18,6	17	18,7	122	22,0
Assistência médica	11	13,0	30	6,7	9	9,9	69	12,5

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Em 2011, a região Sudeste permaneceu, reunindo o maior número de greves nos serviços privados (40 ocorrências que, percentualmente, equivalem a 44%). Na região Nordeste foram deflagradas 23 greves (25%) e na região Sul, 17 (19%). Na região Centro-

Oeste ocorreram oito greves (9%) e na região Norte, duas greves (2%). Há o registro de uma greve inter-regional³.

Em 2011, os trabalhadores em transportes responderam por grande parte das mobilizações (44%), com 40 greves deflagradas. Os trabalhadores de turismo e hospitalidade deflagraram 14 greves (15%) – sendo 11 no segmento de asseio e conservação. Com oito mobilizações deflagradas (9%), os trabalhadores em estabelecimentos de saúde da rede privada vieram em seguida.

Em 2011, a maioria das mobilizações (70%) foi deflagrada no âmbito das empresas.

Em 2011, das 27 greves realizadas no âmbito da categoria, 17 foram deflagradas por trabalhadores nos transportes, quatro por empregados em segurança e vigilância; duas por empregados em turismo e hospitalidade; duas por professores da rede privada; uma por trabalhadores em estabelecimentos de saúde da rede privada e, por fim, uma por trabalhadores que atuam com processamento de dados.

Greves dos trabalhadores das empresas estatais

Nas empresas estatais, entre 2010 e 2011, a demanda por reajuste salarial continuou a ser a principal reivindicação – crescente tanto em termos absolutos (o número de greves aumentou de 14 para 17) como relativos (a participação passou de 39% para 59%) (Tabela 25). As demandas relativas à alimentação vieram em seguida, com a participação passando de 28% para 35%. Em relação às demandas envolvendo o Plano de Cargos e Salários, porém, os números das estatais diminuíram. O total de reivindicações relacionadas à Participação nos Lucros e Resultados não sofreu alteração em termos absolutos, mas houve aumento na participação (de 19% para 24%). A exigência de contratação de mais funcionários, por fim, também se tornou mais presente de 2010 (11%) para 2011 (24%).

TABELA 25
Principais reivindicações das greves em empresas estatais
Brasil, 2010 e 2011

Reivindicação	2010				2011			
	Empresa Estatal (35)		Total (446 greves)		Empresa Estatal (29 greves)		Total (554 greves)	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Reajuste salarial	14	38,9	17	58,6	17	58,6	303	54,7
Auxílio Alimentação	10	27,8	10	34,5	10	34,5	151	27,3
Plano de Cargos e Salários (PCS)	9	25,0	6	20,7	6	20,7	56	10,1
PLR	7	19,4	7	24,1	7	24,1	122	22,0
Contratação	4	11,1	7	24,1	7	24,1	69	12,5

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

³ Em 22/12/2011, aviões cruzaram os braços em Minas Gerais, no Distrito Federal, no Ceará, no Rio de Janeiro, em Salvador e em São Paulo.

Greves dos funcionários públicos federais

Entre 2010 e 2011, o total de greves realizado pelo funcionalismo público federal aumentou cerca de 43% (Tabela 26).

O caráter propositivo destas greves, já bastante acentuado, subiu de 91% para 94%. Mas, também o caráter defensivo das greves tornou-se mais acentuado, aumentando notavelmente de um ano a outro – de 35% para 73%. A dinâmica das greves pela manutenção de condições vigentes contribuiu mais para esse aumento que a das greves contra o descumprimento de direitos⁴. Este acréscimo, que é tanto propositivo como defensivo (e também de protesto), reflete a diversificação e maior abrangência das pautas de mobilização – mais greves com reivindicações de mais de um caráter – entre os servidores federais.

TABELA 26
Distribuição das greves no funcionalismo público federal, por caráter das reivindicações
Brasil, 2010 e 2011

Caráter	2010				2011			
	Func. Público Federal (23 greves)		Total (446 greves)		Func. Público Federal (33 greves)		Total (554 greves)	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Propositivas	21	91,3	353	79,1	31	93,9	425	76,7
Defensivas	8	34,8	203	45,5	24	72,7	343	61,9
Manutenção de condições vigentes	7	30,4	87	19,5	22	66,7	219	39,5
Descumprimento de direitos	2	8,7	137	30,7	4	12,1	180	32,5
Protesto	7	30,4	52	11,7	13	39,4	83	15
Solidariedade	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

No que se refere às reivindicações propriamente ditas, os funcionários públicos federais têm como principal pleito o cumprimento, elaboração ou reestruturação do Plano de Cargos e Salários, cuja participação, mesmo que tenha caído de 69% para 64%, manteve-se ainda bastante alta (Tabela 27). Há também o aumento da participação de paralisações que reivindicam alteração (ou manutenção) na legislação que regula as relações de trabalho na administração federal – de 26% para 55% entre 2010 e 2011. As demandas por reajuste salarial aumentaram de 30% para 45%. As outras duas reivindicações destacadas na tabela diminuíram de um ano para outro, sendo mais intenso no caso das greves relacionadas às

4 As greves pela manutenção de condições vigentes voltam-se principalmente contra a Medida Provisória 520, que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, denunciada por sindicatos de servidores das áreas da saúde e educação como privatização dos hospitais universitários, e também contra o Projeto de Lei Complementar 549, que limita o aumento dos gastos com pessoal a 2,5% ao ano (além da correção da inflação), denunciada como congelamento dos salários dos servidores e impedimento à reestruturação das carreiras.

condições de trabalho (que caíram de 35% para 15%) que nas greves por contratação e realização de concursos públicos (que passaram de 35% para 24%).

TABELA 27
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público federal
Brasil, 2010 e 2011

Reivindicação	2010				2011			
	Func. Público Federal (23 greves)		Total (446 greves)		Func. Público Federal (33 greves)		Total (554 greves)	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Plano de Cargos e Salários (PCS)	16	69,3	121	27,1	21	63,6	142	25,6
Alteração de legislação	6	26,1	21	4,7	18	54,5	40	7,2
Reajuste salarial	7	30,4	214	48	15	45,4	303	54,7
Contratação	8	34,8	40	9	8	24,2	70	12,6
Condições de trabalho	8	34,8	83	18,6	5	15,1	122	22,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Em 2011, de um total de 33 greves, 15 foram deflagradas por servidores do Judiciário Federal, 16 por servidores das universidades federais (três delas por funcionários de hospitais universitários), uma por servidores dos museus federais e, por fim, uma por servidores do ensino tecnológico.

Greves dos funcionários públicos estaduais

As greves do funcionalismo público estadual aumentaram 67% entre 2010 e 2011, mas o total de movimentos com caráter propositivo teve queda de 85% para 80% (Tabela 28). De maneira oposta, os movimentos de caráter defensivo mais que triplicaram em termos absolutos (de 29 a 115 ocorrências) e mais que duplicaram em termos relativos (de 33% a 79%). Este aumento baseou-se tanto no comportamento das greves pela manutenção de condições vigentes (que cresceram de 18% para 45%) como nas greves contra o descumprimento de direitos (cujo percentual aumentou um pouco menos, de 18% para 35%). Também o caráter de protesto dos movimentos foi acentuado: o número de greves que traz reivindicações desse tipo aumentou de 18% para 21%.

TABELA 28
Distribuição das greves no funcionalismo público estadual, por caráter das reivindicações
Brasil, 2010 e 2011

Caráter	2010				2011			
	Func. Público Estadual (87 greves)		Total (446 greves)		Func. Público Estadual (145 greves)		Total (554 greves)	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Propositivas	74	85,1	353	79,1	116	80,0	425	76,7
Defensivas	29	33,3	203	45,5	115	79,3	399	72,0
Manutenção das condições vigentes	16	18,4	87	19,5	65	44,8	219	39,5
Descumprimento de direitos	16	18,4	137	30,7	50	34,5	180	32,5
Protesto	16	18,4	52	11,7	31	21,4	83	15,0
Solidariedade	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

O reajuste salarial continua a ser uma das principais demandas do funcionalismo público estadual. A participação desta demanda no conjunto das reivindicações passou de 60% para 65% entre 2010 e 2011 (Tabela 29). O cumprimento, elaboração ou reestruturação do Plano de Cargos e Salários foi o segundo motivo mais presente, e a participação aumentou de 33% para 37%. A melhoria das condições de trabalho, a contratação de mais servidores e as demandas relacionadas ao piso salarial sucederam-se na relação de reivindicações, todas em ritmo crescente.

TABELA 29
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público estadual
Brasil, 2010 e 2011

Reivindicação	2010				2011			
	Func. Público Estadual (87 greves)		Total (446 greves)		Func. Público Estadual (145 greves)		Total (554 greves)	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Reajuste salarial	52	59,8	214	48,0	94	64,8	303	54,7
Plano de Cargos e Salários (PCS) ou de Carreira	29	33,3	121	27,1	53	36,6	142	25,6
Condições de trabalho	16	18,4	82	18,4	43	29,7	122	22,0
Contratação	15	17,2	40	9,0	36	24,8	70	12,6
Piso salarial	9	10,3	21	4,7	25	17,2	94	17,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Em 2011, a região Nordeste continua abrigando o maior número de greves entre os servidores estaduais – 79 no total, com destaque para o Piauí (16 greves), Rio Grande do

Norte (12) e Alagoas (11). Na região Centro-Oeste, foram deflagradas 34 greves, 20 delas no Distrito Federal; na região Sudeste foram registrados 18 movimentos, nove deles em São Paulo, cinco em Minas Gerais. Em seguida estão as regiões Norte (oito greves, quatro delas no Pará) e Sul (cinco greves, duas no Paraná e duas em Santa Catarina). Existe, por fim, o registro de uma paralisação nacional de servidores⁵.

Os servidores ligados à Segurança Pública são aqueles que mais deflagraram greves nos Estados (43 ocorrências). Os servidores da Educação realizaram 34 greves e os da Saúde 21. Seguem-se os servidores do Judiciário, com 13 greves.

Greves dos funcionários públicos municipais

O número de greves dos funcionários públicos municipais decresceu 11% entre 2010 e 2011 (Tabela 30). Não houve, neste intervalo, alterações no total de movimentos com caráter propositivo, que continuou praticamente o mesmo em termos relativos. Registrou-se, no entanto, um acréscimo naqueles com caráter defensivo – de 54% para 73% – que se deveu ao considerável aumento das greves pela manutenção de condições vigentes (de 14% a 39%) já que as greves contra o descumprimento de direitos declinaram (de 46% a 33%). Também o número de mobilizações com caráter de protesto entre os servidores municipais permaneceu o mesmo (21%).

TABELA 30
Distribuição das greves no funcionalismo público municipal, por caráter das reivindicações
Brasil, 2010 e 2011

Caráter	2010				2011			
	Func. Público Municipal (122 greves)		Total (446 greves)		Func. Público Municipal (109 greves)		Total (554 greves)	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Propositivas	101	82,8	353	79,1	91	83,5	425	76,7
Defensivas	66	54,1	203	45,5	79	72,5	399	72,0
Manutenção das condições vigentes	17	13,9	87	19,5	43	39,4	219	39,5
Descumprimento de direitos	56	45,9	137	30,7	36	33,0	180	32,5
Protesto	26	21,3	52	11,7	23	21,1	83	15,0
Solidariedade	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

A demanda por reajuste salarial manteve-se como a mais frequente na pauta das greves dos servidores municipais, aumentando de 54% para 57% (Tabela 31). O cumprimento, elaboração ou reestruturação do Plano de Cargos e Salários foi a segunda reivindicação mais importante, apesar de haver queda na participação (de 46% a 37%). Seguem-se as reivindicações ligadas às condições de trabalho (com um tênue aumento na participação, de 31% para 33%), ao pagamento de piso salarial (em decréscimo, de 29% a

5 Em 13/04/2011, servidores dos Judiciários estaduais paralisam suas atividades em 20 Estados.

20%) e a exigência de melhoria na qualidade da prestação dos serviços públicos (que praticamente se mantém a mesma: de 21% a 20%).

TABELA 31
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público municipal
Brasil, 2010 e 2011

Reivindicação	2010				2011			
	Func. Público Municipal (122 greves)		Total (446 greves)		Func. Público Municipal (109 greves)		Total (554 greves)	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Reajuste salarial	66	54,1	214	48,0	62	56,9	303	54,7
Plano de Cargos e Salários (PCS)	56	45,9	121	27,1	40	36,7	142	25,6
Condições de trabalho	38	31,1	83	18,6	36	33,0	122	22,0
Piso salarial	35	28,7	60	13,5	22	20,2	94	17,0
Melhoria nos serviços públicos ⁽¹⁾	26	21,3	32	7,2	22	20,2	50	9,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Nota: (1) Serviços de educação, saúde e segurança, entre outros

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Em 2011, a região Nordeste continuou a responder pelo maior número de greves registradas entre os servidores municipais, com a ocorrência de 59 movimentos – e com o destaque para 18 greves ocorridas na Bahia, nove em Alagoas, seis em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. Na região Sudeste, onde ocorreram 26 greves, destacaram-se as 15 greves registradas em São Paulo e as nove realizadas em Minas Gerais. A região Sul teve 12 paralisações, sendo cinco delas no Rio Grande do Sul e quatro em Santa Catarina. Na região Centro-Oeste houve seis movimentos, três deles no Mato Grosso. Por fim, a região Norte também registrou seis greves de servidores municipais, todas ocorridas no Pará.

Os servidores da saúde foram os que deflagraram o maior número de greves (41), sendo seguidos pelos servidores da educação (32).

Considerações finais

Os dados analisados revelam o aumento do número de greves entre 2010 e 2011. Embora haja necessidade de relativizar a influência da conjuntura econômica como elemento motivador da deflagração das greves, vale registrar que o aumento do número de mobilizações coincide com uma redução da taxa de crescimento da economia, que passa de 7,5%, em 2010, para 2,7%, em 2011.

Nos dois anos, o número de greves realizadas por trabalhadores da esfera pública superou o número de greves deflagradas na esfera privada. Também como tendência observada nos dois anos está, no caso das greves verificadas exclusivamente na esfera privada, a predominância significativa da indústria e do setor serviços. Em relação ao funcionalismo, cabe destacar o crescimento das greves entre os servidores estaduais, que contrasta com a diminuição entre os servidores municipais.

Do ponto de vista das horas paradas, o total registrado em 2011 também é significativamente maior do que o total registrado em 2010. O crescimento de horas paradas se dá em todos os setores, exceto no funcionalismo público federal, de forma muito significativa.

A comparação entre o total de greves nas esferas pública e privada e o total de horas paradas nas duas esferas revelam períodos de duração significativamente mais longos observados nos movimentos que ocorrem na esfera pública. Em relação ao funcionalismo público, e consoante com a tendência das greves, as horas paradas no nível estadual do funcionalismo são as que mais crescem de um ano a outro.

Sem perder de vista a variação do percentual de registros nos dois períodos, é importante apontar o aumento da participação dos trabalhadores que se envolveram em greves no decorrer do período – de mais de 1,5 milhão para mais de 2 milhões de trabalhadores.

Ao desagregar as informações por esferas nos dois anos, observa-se o crescimento do número de trabalhadores que participaram das greves na esfera privada. Na esfera pública houve uma pequena queda de um ano a outro.

Quando analisados de acordo com o nível de organização, observou-se que as greves de funcionários públicos permanecem, de um ano a outro, em sua maioria, no âmbito das categorias. No caso da esfera privada, as greves por empresa foram mais frequentes.

Do ponto de vista da adesão às paralisações, em 2011, 63% dos grevistas do ano participaram de 12 greves, sendo que em cada uma delas, o total de trabalhadores mobilizados foi superior a 50 mil.

No funcionalismo público, destacaram-se: a greve dos professores estaduais de Minas Gerais, que envolveu, por 112 dias, aproximadamente 170 mil educadores; a dos servidores estaduais de Goiás, com 53 mil adesões e dois dias de duração; e o protesto de 24 horas dos servidores de Pernambuco, que reuniu 100 mil trabalhadores.

Na esfera privada, quatro greves de trabalhadores da construção, todas de categoria, e em estados do Nordeste, mobilizaram um grande número de trabalhadores por longos períodos: em Salvador, Fortaleza, São Luís e no estado de Pernambuco em torno de 310 mil trabalhadores participaram de greves que tiveram tempo de duração entre 5 a 34 dias. Finalmente, a greve dos bancários de instituições públicas e privadas, em 2011, alongou-se por 18 dias e chegou a envolver mais de 280 mil trabalhadores.

Quanto aos fatores motivadores das greves, observa-se, no período, a ampliação do total de movimentos com caráter defensivo. Na esfera pública, esse fenômeno fundamenta-se, em grande medida, no crescimento das greves pela manutenção de condições vigentes. Na esfera privada, no setor serviços, houve aumento significativo das greves contra o descumprimento de direitos. No setor do comércio mobilizações com esse caráter foram voltadas para denunciar más condições de trabalho.

As demandas de natureza econômica motivaram a maioria das greves. A exigência de reajuste salarial permaneceu predominante ao longo dos dois anos. Em proporção um pouco

menor, apareceram reivindicações ligadas ao cumprimento, implantação e/ou reformulação de Plano de Cargos e Salários, reivindicações relacionadas à introdução, manutenção ou melhoria do auxílio-alimentação e também reivindicações que se referem ao pagamento do piso salarial.

Seguindo a tendência geral, a demanda por reajuste salarial continua a ser a principal reivindicação da esfera pública, e de maneira crescente de 2010 a 2011. Em seguida registram-se as reivindicações por cumprimento, elaboração e/ou implantação de Plano de Cargos e Salários.

Na esfera privada, o reajuste salarial permanece como principal reivindicação. Em seguida estão as reivindicações por introdução, manutenção ou melhoria do auxílio-alimentação e Participação nos Lucros e Resultados.

No que se refere às formas de resolução dos conflitos, a atuação da Justiça é mais intensa na esfera pública, com destaque para as greves das empresas estatais. Nas paralisações do funcionalismo público, em 2010, a Justiça é mais acionada para atuar entre as greves do funcionalismo municipal. Em 2011, passa a ser mais acionada entre as mobilizações do funcionalismo estadual.

Em relação às insatisfações específicas dos trabalhadores de cada um dos setores de atividade que compõem a esfera privada e também de cada um dos três níveis da esfera pública – municipal, estadual e federal – incluindo os trabalhadores das empresas estatais, tem-se o seguinte:

- Destaca-se, entre os trabalhadores da indústria privada, o aumento das reivindicações por reajuste salarial, a diminuição das reivindicações ligadas à Participação nos Lucros e Resultados e o aumento das demandas ligadas à alimentação;
- No setor de serviços da esfera privada, há uma queda na frequência das reivindicações de reajuste salarial e auxílio-alimentação e um aumento significativo de protestos contra o atraso no pagamento dos salários. Também aumentam as reivindicações relacionadas às condições de trabalho;
- Nas empresas estatais, a demanda por reajuste salarial continua a principal reivindicação, seguidas das demandas relativas à alimentação. Para essas empresas, chama atenção ainda a maior demanda pela contratação de mais funcionários;
- Os funcionários públicos federais têm como pleitos principais o cumprimento, elaboração ou reestruturação do Plano de Cargos e Salários e a alteração (ou manutenção) na legislação que regula as relações de trabalho na administração federal. As demandas por reajuste salarial aumentam.
- O funcionalismo público estadual tem no reajuste salarial uma das principais demandas, seguido pelo cumprimento, elaboração ou reestruturação do Plano de Cargos e Salários. Melhorias das condições de trabalho, contratação de mais servidores e as demandas relacionadas ao piso salarial também se destacam.
- No caso dos funcionários públicos municipais, a demanda por reajuste salarial

mantém-se como a mais frequente, seguido do cumprimento, elaboração ou reestruturação do Plano de Cargos e Salários e reivindicações ligadas às condições de trabalho.

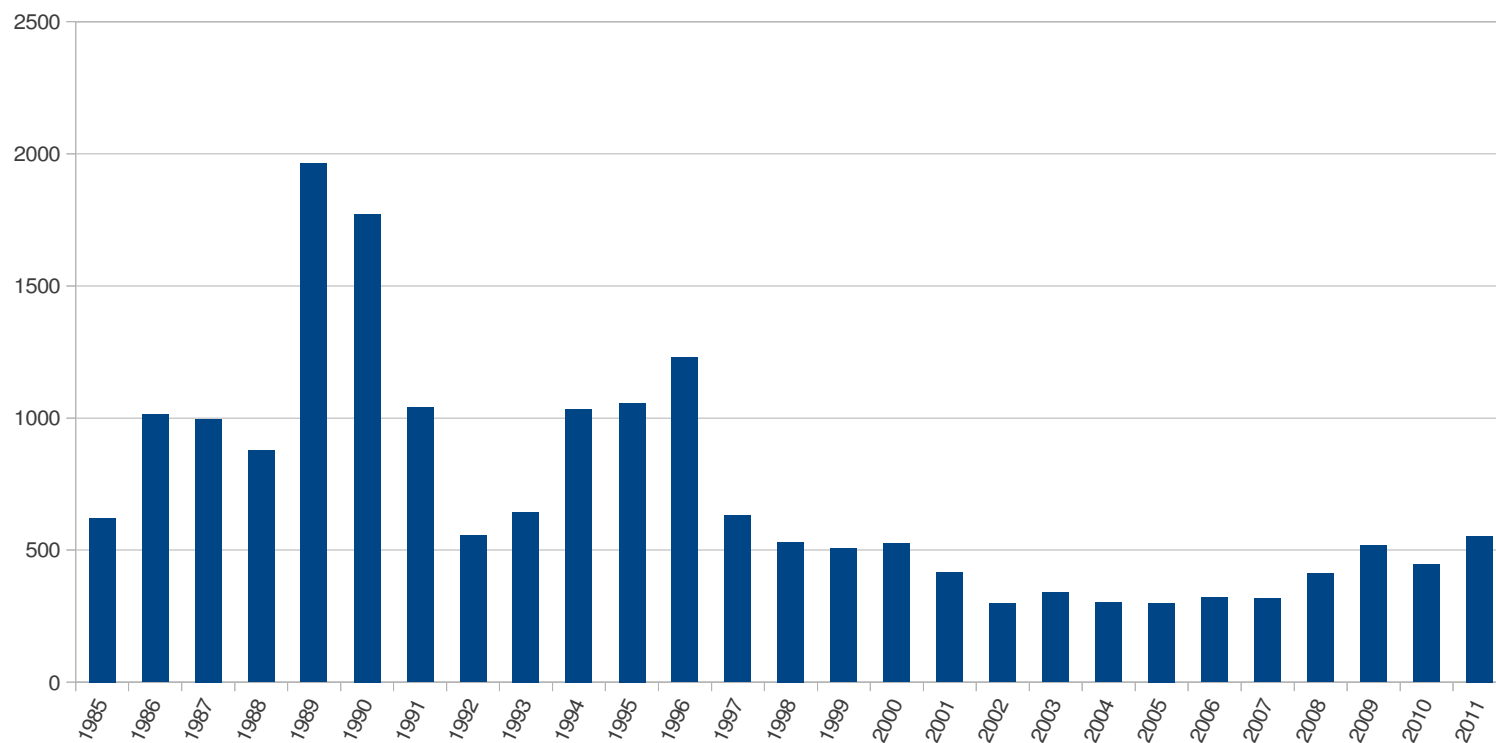
Em suma, no decorrer do período amplia-se o caráter defensivo dos movimentos grevistas. Na esfera pública, entre as greves desse tipo, predominam as que pleiteiam a manutenção de condições vigentes, relacionadas a um cenário de aumento da austeridade dos governos em seus diferentes âmbitos na negociação com o funcionalismo público.

Na esfera privada, destacam-se as greves dos trabalhadores da construção, especialmente nas grandes obras de infraestrutura e na região Nordeste, que mobilizaram centenas de milhares de trabalhadores em 2011.

Anexo

Total Anual de Greves

Brasil, de 1985 a 2011



Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves



Rua Aurora, 957 - 1º andar – Santa Efigênia
São Paulo – SP - CEP 01209-001
PABX: (011) 3821-2199
Fax: (011) 3821-2179

Presidenta: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice-presidente: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais
Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Secretário: Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Edson Antônio dos Anjos

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alberto Soares da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretora Executiva: Neiva Maria Ribeiro dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: João Vicente Silva Cayres

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: José Bittencourt Barreto Filho

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental
Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais

Nelson de Chueri Karam – coordenador de educação

Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Técnico Responsável

Rodrigo Linhares

Equipe de Crítica e Revisão Técnica

Paulo Roberto Arantes do Valle

Paulo Jager

Victor G. Pagani

Luciana P. Morgado (auxiliar técnica)

Iara Heger (revisão de texto)